



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 265, DE 2026

Requer informações ao Senhor Wellington César Lima e Silva, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre os impactos sociais, econômicos e logísticos decorrentes das restrições de circulação no trecho da BR-174 que atravessa a Terra Indígena Waimiri-Atroari, bem como acerca das medidas eventualmente existentes ou em estudo para o aperfeiçoamento das soluções atualmente adotadas.

AUTORIA: Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Roberta Acioly

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, informações a respeito dos impactos sociais, econômicos e logísticos decorrentes das restrições de circulação no trecho da BR-174 que atravessa a Terra Indígena Waimiri-Atroari, bem como acerca das medidas eventualmente existentes ou em estudo para o aperfeiçoamento das soluções atualmente adotadas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, informações a respeito dos impactos sociais, econômicos e logísticos decorrentes das restrições de circulação no trecho da BR-174 que atravessa a Terra Indígena Waimiri-Atroari, bem como acerca das medidas eventualmente existentes ou em estudo para o aperfeiçoamento das soluções atualmente adotadas.

Nesses termos, requer-se:

1. Quais estudos técnicos atualizados o Governo Federal possui sobre os impactos sociais, econômicos e logísticos decorrentes das

restrições de circulação no trecho da BR-174 que atravessa a Terra Indígena Waimiri-Atroari?

2. Existem avaliações recentes sobre os efeitos dessas restrições no abastecimento do Estado de Roraima, no transporte de pacientes, na logística regional e no custo do transporte de mercadorias?
3. Há estudos técnicos sobre alternativas operacionais ou tecnológicas que possam conciliar a proteção dos povos indígenas e do meio ambiente com a melhoria da mobilidade e da integração logística regional?
4. O Governo Federal avalia a possibilidade de aperfeiçoamento dos protocolos atualmente adotados, considerando a evolução das condições tecnológicas e logísticas ocorridas ao longo dos últimos anos?
5. Quais políticas públicas específicas vêm sendo implementadas para garantir a melhoria das condições de vida, saúde, mobilidade e desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas Waimiri-Atroari?
6. Existem programas voltados à promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades indígenas da região, respeitando sua autonomia cultural e seus modos de vida?
7. Quais ações de diálogo institucional estão sendo promovidas entre União, Estado de Roraima, comunidades indígenas e demais órgãos envolvidos para aprimorar as soluções existentes?

Requer-se, ainda, que as respostas sejam acompanhadas da documentação técnica eventualmente existente, incluindo estudos, relatórios de impacto e demais informações pertinentes.

JUSTIFICAÇÃO

A presente iniciativa tem por objetivo permitir a atualização institucional acerca dos impactos sociais, econômicos e logísticos decorrentes das restrições de circulação no trecho da BR-174 que atravessa a Terra Indígena Waimiri-Atroari, tema que se estende há mais de duas décadas.

O tempo transcorrido desde o surgimento dessa situação reforça a importância de avaliar, à luz da realidade atual, os efeitos concretos dessa medida sobre o desenvolvimento regional, a mobilidade da população e as próprias condições de vida das comunidades indígenas envolvidas.

Esta solicitação busca compreender se, passados mais de vinte anos, existem novas avaliações técnicas ou políticas públicas capazes de contribuir para o aperfeiçoamento das soluções existentes, considerando as transformações sociais, econômicas e tecnológicas verificadas nesse período.

A experiência brasileira demonstra que a proteção dos povos indígenas deve caminhar juntamente com políticas públicas que promovam dignidade, oportunidades e melhoria das condições de vida, sempre com respeito à sua cultura, suas tradições e sua autonomia.

Nesse contexto, esta proposição também pretende verificar se existem iniciativas voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento sustentável dessas comunidades, permitindo que possam conciliar a preservação de sua identidade cultural com melhores condições de saúde, mobilidade, educação e inclusão social.

Trata-se de compreender se existem caminhos institucionais que permitam, de forma equilibrada, ampliar oportunidades, reduzir vulnerabilidades históricas e fortalecer a integração regional, sempre em observância aos direitos constitucionais envolvidos.

Além disso, o Estado de Roraima apresenta características geográficas específicas, com forte dependência logística da BR-174 como principal eixo de

ligação terrestre com o restante do país, o que reforça a necessidade de permanente acompanhamento dos impactos estruturais dessa situação.

O pedido formulado busca, portanto, reunir elementos técnicos atualizados que permitam ao Senado Federal exercer adequadamente sua função constitucional de fiscalização e acompanhamento das políticas públicas federais relacionadas ao tema.

O objetivo é assegurar que, após tantos anos, o assunto continue sendo analisado de forma responsável pelo Estado brasileiro, permitindo a construção de soluções que promovam simultaneamente proteção social, desenvolvimento humano e melhoria das condições de vida tanto das comunidades indígenas quanto da população regional.

Diante disso, mostra-se relevante que o Senado Federal tenha acesso a informações atualizadas que possam subsidiar o debate institucional e eventuais iniciativas voltadas ao aprimoramento das políticas públicas na região.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2026.

Senadora Roberta Acioly
(REPUBLICANOS - RR)